

Momentos de leitura

J. C. Alencar Araripe

O Desafio das Reformas

Acabo de empreender uma incursão pelo mundo político-partidário deste nosso Brasil, surpreendente pelos desalentos e desencantos que instiga e pelas alvoradas que desperta em meio a vicissitudes sem conta. De 1993 a 1997, acompanhei os fatos relevantes envolvendo o relacionamento do Executivo Federal com as duas Casas do Congresso, notadamente no plano das reformas, de que tanto se fala, e cuja necessidade é indubitável, mas pelas quais tão pouco se fez até agora, em termos concretos.

Isso não quer dizer que desconhecesse o que se passara em terreno tão batido pela cobertura da mídia. Mas o texto que venho de ler, elaborado com transparente clareza e propriedade de colocações, deu-me melhor entendimento da realidade defrontada.

Estou a referir-me à coletânea de artigos publicados na imprensa por Mauro Benevides, e reunidos no livro "Idéias e personalidades", editado pela Casa de José de Alencar, da Universidade Federal do Ceará, na festejada Coleção Alagadiço Novo.

Guardo a impressão de que é navegar no óbvio ressaltar a competência de Mauro Benevides para focalizar a temática. Nem por isso me escuso a essa tarefa, que integra o elenco de responsabilidades que avoco nas páginas de abertura da obra.

O Autor é dessas pessoas das quais se afirma que têm a política no sangue. Lugar comum ou não, não me dispense de proclamá-lo. No exercício de sucessivos mandatos eletivos, nos cenários municipal, estadual e federal, Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, conquistou condições de expor e debater com conhecimento de causa. Antevê desfechos, indica soluções, a tramitação de proposições não lhe é segredo. De forma que não precisa recorrer ao destempero de linguagem

para chamar a atenção e ser lido. Tem o dom da moderação. O saudoso Perito Teixeira, a quem são atribuídas intervenções espirituosas, teria dito: Mauro é como telha de amianto: esquentam mas não ferve, esfria mas não gela.

No auge da campanha para o Senado, em 1974, encontrei-me com o Mauro no calçadão do “O Povo” da Aguanambi. Saudamo-nos cordialmente, como de costume, e ele não fugiu ao desabafo: Mas Araripe, como é que você deixa sair um editorial como o de hoje? Você acaba comigo!

Não acabou, não. Parodiando uma canção, muito popular na época, cantava-se que para onde o Mauro ia o povo ia atrás. Foi o que se viu. A imprensa é uma força, inquestionavelmente; nem sempre, porém, leva à vitória a causa que abraça. Na sucessão presidencial de 1945, quase todos os grandes jornais do país apoiavam e recomendavam o Brigadeiro Eduardo Gomes, o que não impediu o sucesso eleitoral do General Eurico Dutra. É de ontem o triunfo, no Rio de Janeiro, do candidato do Prefeito César Maia, que a mídia invetivava sem dó nem piedade. Assisti na TV à apresentação do governante carioca, numa mesa redonda com os jornalistas, que não o pouparam. Saiu-se airoso, porque não é um medíocre e fala bem, discorre com fluência sobre qualquer problema, seja municipal, nacional ou internacional. Não creio que exista um homem que tenha sido mais combatido neste país do que Paulo Maluf. Resistiu às intempéries e levantou a cabeça, o Pitta despenca nas simpatias da população, mas o Maluf lidera com vantagem as preferências para o governo paulista no próximo pleito. A “Folha de S. Paulo” dedicou-lhe, há pouco, um editorial, intitulado, se não me falha a memória, “O enraizamento do malufismo”.

Pois é isso. O nosso Mauro Benevides, com o seu habitual comedimento, coloca-nos em dia com a marcha e contra-marcha das apregoadas reformas constitucionais, que esbarram em conflitos e desajustes de uma maioria costurada com empenho e dificuldade pelo Presidente da República.

Fico a matutar sobre a reivindicação erguida como bandeira no movimento que determinou o fim do regime autoritário. Eleições diretas, muito bem. Por que Constituinte se nenhum dos

poderes da República deixara de funcionar? Os atos institucionais, que os inibiam e neles operavam cirurgias traumáticas, podiam ser suspensos por quem os havia baixado, como, afinal, veio a acontecer.

Os argentinos sempre foram mais práticos nesse terreno. Com os golpes militares, interrompia-se a vigência da Constituição, cessava de todo o Estado de Direito. Quando baqueava o domínio da força armada, ressurgia a Constituição ocasionalmente derogada. Emendá-la, se preciso, era mais fácil do que preparar uma nova.

Desde quando os ventos mudancistas sopravam com vigor? Anunciavam-se turbulências. A inovação tecnológica sacudia as estruturas arcaicas. Peter F. Drucker, um dos profetas da nova era, insistia em 1980 neste aconselhamento; “converter os riscos das mudanças em oportunidades produtivas e lucrativas e em contribuições benéficas para a sociedade, a economia e o indivíduo.”

A Constituição de 88 primou pelo detalhamento, pela minudência, por uma abrangência desmedida, que não tem igual em nenhum outro país. Ademais, não se atentou devidamente para os novos rumos em cuja direção se encaminhava o mundo e que se delineavam claramente não só na perspectiva do futuro como na conjuntura do presente vivenciado. Pretendeu-se, ao contrário, estabelecer uma camisa de força em torno da máquina do governo, o que alarmou o Sarney. Desse modo não é possível administrar, advertiu o Presidente.

O que permitiu contornar a denunciada inviabilidade foi o instrumento das medidas provisórias, uma vez que não se admitia a sobrevivência do decreto-lei, demasiadamente identificado com a ditadura do Estado Novo e o autoritarismo dos militares. O excesso de medidas provisórias é alvo, contudo, de investidas periódicas, não levadas adiante porque os arautos das restrições à sua edição sem limites logo esbarram na indagação: como atender à dinâmica administrativa?

A revisão constitucional, após cinco anos da promulgação da Carta de 88, e que é prevista no art. 3º. das Disposições Transitórias, não foi levada a efeito em tempo. Faltaram vontade e

decisão políticas. Perdeu-se, assim, o momento azado de fazer reformas de uma maneira mais simples, porque pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso, em sessão unicameral.

A Constituinte estabeleceu normas que não convinham, exagerou quando não era apropriado que assim procedesse. Todavia deixou intocável, por exemplo, a legislação trabalhista de natureza corporativista que vinha da ditadura getuliana e não inovou na sistemática eleitoral. Nesse tocante, passou a reger a instabilidade na legislação específica. À vizinhança de cada pleito, o Congresso é chamado a manifestar-se, como agora, com relação às eleições deste ano. Mauro Benevides não poupa críticas a essa situação. Mas a sua condenação é candente à abusiva migração de legendas, tanto na Câmara como no Senado. A Constituição de 88 incidiu no erro de abrir a porta e, de lá para cá, o que se vê, sem a menor sem-cerimônia, é deputados e senadores a pularem deste para aquele partido, ao sabor de interesses políticos momentâneos. Mauro porfia pela volta da fidelidade partidária, a fim de imprimir seriedade às agremiações partidárias, que são, hoje em dia, no meu entender, uma das instituições mais desacreditadas no Brasil. Recentemente, a “Folha de S. Paulo”, em editorial, registrava: “Está em curso, no mundo todo, uma sutil mudança na maneira de fazer política. Perdem espaço os partidos, habituais intermediários entre o Estado e a sociedade na política clássica, e ascendem organizações de diferentes tipos, cuja principal característica é a fragmentação das demandas que acabam por impor à agenda de cada país e sociedade”. Cita dois exemplos: nos Estados Unidos, Jody Williams enceta a campanha para banimento das minas terrestres, enquanto, entre nós, a Fundação Abrinq luta por eliminar o trabalho infantil. E conclui: “É cedo, claro, para avaliar em que medida essa nova modalidade de política vai se consolidar. O importante é anotar que há um número maior de atores fazendo parte do jogo, o que impõe novos desafios aos governantes e aos partidos político”.

Todos sabem que Mauro Benevides pertence ao PMDB desde os seus primórdios. Já conceituaram até que ele tem a cara do PMDB. Não obstante, nos comentários que compõem este

livro, Mauro veste a couraça da imparcialidade, até onde isso é possível numa pessoa que vive entranhadamente a política. Não esconde a crise do seu partido e não se enfileira entre os que propõem candidatura própria à Presidência da República. A minúscula votação obtida nos dois últimos pleitos não tem explicação plausível quando se atenta para as dimensões nacionais da sigla. Lições duras ainda não assimiladas, mas que servem de advertência.

Mauro Benevides ocupa-se também neste seu livro de personalidades que lhe marcaram a sensibilidade. Emocionei-me ao deparar com o texto sobre Padre Tito, o boníssimo pároco da Sé Catedral, que ao saudar-me carinhosamente sempre acrescentava que as minhas recomendações piedosas estavam inseridas nas suas orações. Até pela idade a que chegaram, dois nomes avultam na galeria: Antônio Martins Filho e Barbosa Lima Sobrinho. Com o primeiro, estou a encontrar-me com frequência. Cerca-o auréola de simpatia e respeito, a que se credenciou por uma vida de afanoso trabalho na seara da educação e da cultura. Hoje, é um semeador de livros. Além do relevante serviço que presta, a companhia das letras ameniza as agruras da saudade de D. Maria, paradigma de esposa e mãe. O Presidente da ABI, com mais de 100 anos, é outra expressão de vitalidade, todas as semanas nos jornais, com artigos de indiscutível lucidez. Conservo dele e de sua amantíssima esposa, D. Maria José, lembranças inesquecíveis da visita ao Ceará, em 1985, para as comemorações dos 60 anos da ACI. Esteve no Instituto do Ceará e foi homenageado com banquete pelo Governador Gonzaga Mota. Apreciou a peixada da Beira Mar e da praia do Cumbuco, saboreou com disposição os pratos da gostosa culinária cearense.

Não devo encerrar estes despretensiosos comentários sem anotar que "Idéias e personalidades" trilha caminhos além dos limites em que me fixei. Impositivo que destaque o grito de alerta de Mauro Benevides em defesa do salário mínimo unificado. Ventilou-se um dia desses a possibilidade de desmembrá-lo novamente, o que seria um retrocesso social de inqualificável mesquinaria. Salário mínimo unificado e eleições para prefeito das capitais foram duas iniciativas decorrentes do frutuoso trabalho

legislativo do nosso eminente conterrâneo e que deram ao seu nome ressonância nacional, consolidada com a sua ascensão à Presidência do Senado e do Congresso.

“Idéias e personalidades” chega em boa hora.

Em janeiro de 1998.

Tristão na historiografia

Vejo, sempre, com muita simpatia, os livros sobre personalidades que se projetaram pelas virtudes, pelo saber, o lustre político, a iniciativa criadora, a capacidade de trabalho, a bravura pessoal. Tais obras encerram lições de vida e nos levam a envolver-nos com fatos de ressonância. Confirma-se a assertiva de que o homem não é uma ilha só.

João Alfredo de Souza Montenegro, prolífero e ilustrado, investe, agora, em figura de extraordinária expressão, estivesse ela na administração governamental, atuasse no plano do judiciário ou do legislativo. Estamos a festejar-lhe “A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe”.

Encontramos, com freqüência, notabilidades que foram do Legislativo e do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, do Executivo e do Judiciário. Mas é raro configurar-se a situação do ministro Célio Borja, ou seja, haver transitado pelos três Poderes. Pertenceu ao Executivo, como titular do Ministério da Justiça, o mais antigo no organograma governamental, integrou o Judiciário, como membro do Supremo Tribunal Federal; foi do Legislativo, deputado estadual da Guanabara, UDN, e deputado federal, em quatro legislaturas, pela Arena e PDS, chegando à presidência da Câmara, em 75 e 76.

Em condições idênticas, isto é, com passagem pelos três Poderes, está também o ministro Paulo Brossard, aposentado no Supremo Tribunal Federal, mas que, no governo Sarney, ocupou o Ministério da Justiça; antes, cumpria o mandado de senador pelo Rio Grande do Sul e desempenhara o cargo de secretário de Justiça no seu Estado.

Mais recente é a situação do ministro Nelson Jobim, hoje, no Supremo Tribunal Federal. Antes, porém, pontificou na Câmara dos Deputados, como representante do Rio Grande do Sul, e foi o primeiro Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique.

Existirão, no momento, outros casos semelhantes? Pode ser que sim, pode ser que não. Em 1978, faleceu o baiano Hermes Lima, jurista, professor, escritor e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras. Os jornais dedicaram-lhe longos necrologios. "O Globo" ressaltou que Hermes Lima tinha sido o único governante brasileiro a exercer os três Poderes na República: deputado federal pela UDN do Rio, primeiro-ministro no governo parlamentarista de João Goulart, que acumulou com o Itamarati, foi ministro do Trabalho, chefe da Casa Civil e ministro do Supremo Tribunal Federal, onde se deu a sua aposentadoria compulsória pelo M-5, que atingiu, igualmente, Evandro Lins e Silva e Vitor Nunes Leal.

Posição sem igual é a desfrutada por Tristão de Alencar Araripe, que pontificou nos três Poderes no Império e, em dois deles, na República. No Judiciário, foi juiz, desembargador da Relação da Bahia, São Paulo e da Corte, no Rio de Janeiro, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no Império, e do Supremo Tribunal Federal, na República. Na Província de São Paulo de Piratininga, instalou o Tribunal de Relação, sendo o seu primeiro presidente. No Legislativo, elegeu-se deputado provincial do Ceará, presidiu a Assembléia e foi deputado geral. No Executivo, ocupou as seguintes funções: chefe de Polícia no Ceará, Pernambuco e Espírito Santo; presidente das Províncias do Rio Grande do Sul e do Paraná, no Império, e ministro de Estado no governo Deodoro, Pastas da Justiça e da Fazenda, esta, em caráter interino, em seguida à renúncia de Rui Barbosa.

A serviço da Justiça, nos entreveros do Parlamento ou nas ações governamentais, onde quer que se encontrasse, Tristão de Alencar Araripe exercitava as atividades de escritor. Surpreende, por isso mesmo, a vasta e variada produção que nos legou, com trabalhos de natureza jurídica e apreciação histórica. Onde encontrava tempo para tanto? É do historiógrafo que João Alfredo se ocupa em profundidade, em estudo crítico e interpretativo.

Tristão de Alencar Araripe integrava uma corrente que se insurgia contra a história modelo antigo, de alcance restrito, em que sobressaíam os conflitos, as guerras; sem esquece-las, melhor seria a projeção dos agentes do progresso, da civilização. Daí, a censura dos que se ocupavam “de fatos de somemos, quando deixavam na sombra de ligeiros traços acontecimentos notáveis dignos de mais desenvolvida notícia”. Dissentia, assim, do factualismo tão em voga, que cobria o Brasil oficial, como é observado no livro, deixando a descoberto o Brasil real.

O liberalismo que chegou até nós - assinala-se - era do tipo jurisdicista ou bacharelesco. Na busca da sonhada liberdade, tinha um fundo institucional. Por isso, explodia no liberalismo radical de Frei Caneca, ou se continha no liberalismo conservador. Tristão de Alencar Araripe filiava-se a esse iderário. Porfiava por mudanças, mas não preconizava derrubada da ordem monárquica. O jornal liberal “Cearense”, em que o Conselheiro pontificava, invocava, de modo reiterativo, como diz João Alfredo, o potencial libertário do ensino, o qual, “com seus meios pacíficos de propaganda, tem operado no mundo civilizado uma revolução social mais eficaz, benéfica e duradoura do que todas essas comções políticas”.

Na sua bibliografia, avulta “História da Província do Ceará” (Desde os tempos primitivos até 1850). Não obstante o título explicativo ou complementar, a primeira parte da obra editada em 1867, em Pernambuco, não cobre todo o período enunciado. Alcança somente até 1799. Até onde atingiu, entretanto, representa, como salientou José Aurélio Câmara, “tentativa verdadeiramente notável para a época, de unificação de fatos esparsos da História do Ceará, dando-lhes forma e encadeamento”.

Quando se cogitou, no Instituto do Ceará, da reedição de obras raras da historiografia cearense, foi exatamente pelo livro de Tristão que começou a coleção infelizmente interrompida. A iniciativa significava o reconhecimento tácito da importância da “História da Província do Ceará” e o seu inequívoco pioneirismo. Não é livro irretocável, tanto que recebeu na 28 edição anotações de Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e José Aurélio Saraiva Câmara.

Forçoso, porém, reconhecer e proclamar: Tristão fora “o arquiteto das fundações, o operário da obra rude e esquecida, a mais penosa e a menos lembrada, sobre a qual levantariam outros o edifício com melhor ferramenta e, por isso mesmo, com mais brilho e perfeição”.

Censura-se o parcialismo de Tristão de Alencar Araripe na memória lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e intitulada “Guerra Civil no Rio Grande do Sul”. Cada um se coloque na posição dele, e quando a Revolução Farroupilha era vista como ameaça séria à unidade nacional e fora pretexto até para advogar-se o golpe parlamentar da Maioridade. O futuro comprovaria o espírito de brasilidade dos comandantes gaúchos da insurreição. Não foram suplantados em bravura nas lutas travadas no país guarani. Por isso, no que respeita à referida memória, inclino-me não ir além do depoimento oferecido pelo filho do Conselheiro, o insigne Araripe Júnior:

“A história da guerra civil no Rio Grande do Sul é um documento vibrante dos irresistíveis instintos do conselheiro Araripe para esse gênero de escritos. Foi preparada e em parte elaborada ao tempo em que o autor exercia as funções de Presidente da ex-província do Rio Grande. E o que mais admira é que ele, em um período tormentoso, como foi o daquela presidência, tivesse tido tempo e calma para revolver arquivos e prestar atenção a assuntos antipáticos a quem se vê solicitado, a todo instante, pela necessidade de estar em vigília diante de políticos insôfregos e amotinados por ambições eleitorais.”

João Alfredo aborda num capítulo a conferência de Tristão de Alencar Araripe sobre a proclamação da Maioridade de D. Pedro II, presente o próprio soberano, freqüentador assíduo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Opinando sobre o fato em si, o Conselheiro acentua que “a revolução da maioridade, gerando desrespeito à Constituição do Estado, foi um mal social e redundou em prejuízo do povo, que a fez”. Quanto à legitimidade, considerava-a indiscutível porque decorrera de uma vontade geral ou pelo menos da grande maioria da Nação. As províncias, pelas suas assembléias, câmaras municipais e corporações civis, aplaudiram-na com entusiasmo. Foi útil a Nação? indaga o conferencista, que responde nestes termos:

“Cremos que não, e assim pensamos por vermos nela o meio de levantar uma parcialidade política ao poder, e não o intuito de melhorar a pública administração.”

Na verdade, em consequência da Maioridade, os liberais ascenderam ao Gabinete. Não demoraria que o senador José Martiniano de Alencar, um dos líderes do movimento, fosse nomeado Presidente do Ceará, para realizar, diga-se de passagem, governo coroado de rumoroso sucesso.

“A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe” e incursão meticulosa de cientista político habituado a navegar no oceano vasto e dinâmico das concepções filosóficas. O autor não tem a preocupação de elogios ou recriminações. Uns e outros surgem ao longo do livro, conforme o entendimento e a disposição de espírito do escritor. Não me alongo, assim, em seara tão exposta a sensibilidades pessoais. Prefiro pinçar o que me parece pérolas do pensamento e da atuação do eminente biografado, com seus acertos e contradições.

Quando deputado geral, Tristão de Alencar Araripe, apresentou, em 1875, com o seu colega Paulino Nogueira, emenda ao orçamento do Ministério da Agricultura, Comércio e Obra Pública, dispondo sobre a consignação de recursos para a construção de uma canal do São Francisco ao Salgado e ao Jaguaribe, possibilitando que se formasse uma corrente perene nos dois rios do Ceará. Da canalização do São Francisco já se cogitara no reinado de D. João VI, mas até hoje permanece um objetivo não atingido ainda. São os pecados do tempo, de que falava o padre Antônio Vieira, e que respondem pela estranha apatia com que vivemos num país com a maior rede hidrográfica do mundo e onde se morre de sede à falta de procedimentos tão antigos noutras regiões da terra. Um dos exemplos mais eloqüentes é o oferecido por Nabucodonosor, ligando o Tigre ao Eufrates.

Tristão, que era maçom, colocou-se contra a Igreja na Questão Religiosa. Era o liberal conservador que porfiava pelo cumprimento das leis, embora estas estivessem equivocadas. Como defender uma das partes se ele próprio qualificara de “deplorável promiscuidade” o relacionamento entre o Estado e a Igreja? O correto era bater-se pela separação, que só viria com a República.

A conduta política do conselheiro Araripe não escapa a críticas. E quem, engajando-se na militância partidária, gozou de tamanho privilégio? Muito menos ele, que foi aguerrido, ocupou a primeira fila dos combatentes.

O Barão de Studart ressalta esta sua atitude como ironia do destino: seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, rebelou-se contra D. Pedro I porque este dissolvera a Constituinte; ele, o Conselheiro, assinou com Deodoro o decreto que acabou com a primeira Assembléia Geral da República, também Constituinte, e participou da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro.

O jornalista João Brígido não o perdoou porque, tendo servido à Monarquia, foi dos primeiros a apoiar a República. Quantos assim não procederam, a começar pelo próprio marechal Deodoro?

Do livro de João Alfredo rejulge o historiógrafo pioneiro, que primeiro revolveu os arquivos da Província, abriu clareiras e construiu com sólida argamassa reputação que o impôs ao respeito e admiração dos coevos e da posteridade. Saudamos, pois, com efusão, “A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe”.

Em 25/11/1998

A Volta do Pioneiro

Os livros são como os filhos: a todos queremos bem e desejamo-lhes sucesso. Um abriu a senda, outros seguiram-no, num encadeamento programado ou ocasional. Representaram momentos especiais de afirmação pessoal ou profissional, ou ambos de maneira concomitante. Há os que percorreram caminhos de fácil realização; não faltaram os que demandaram mais esforço de desbravamento. Conheci-os nas diferentes circunstâncias; não sacrificaria qualquer deles a nenhum pretexto.

Como ocorre na vida humana, existem livros que se tornaram mais trabalhosos, exigiram empenho que não fora com um noutras obras, precisara vencer distâncias dificultosas, pela precariedade das estradas, para obter informações e colher flagrantes, fotógrafo que também insisti em ser, Rolleyfex a tiracolo.

“Glória de um pioneiro” foi desses livros laboriosos. Para escrever sobre Delmiro Gouveia tive de ir às fontes, pois que os seus dados biográficos eram incompletos, não se tinha certeza, sequer, do dia e do ano do seu nascimento, e onde este se verificara. Sabia-se dos grandes empreendimentos que levava a efeito, faltava-lhes, porém, o encadeamento histórico e pormenorizado.

Não houve canseiras que me detivessem. Senti-me até reconfortado com o itinerário a que me impusera. Guardo agradáveis reminiscências da viagem ao Ipu, a cidade cabeça do município afinal definido como a terra natal de Delmiro. Revi o Recife, onde o afoito cearense incursionara pelo comércio de pele e pela indústria do açúcar, projetando-se, sobretudo, ao construir o Mercado do Derbi, com hotel, restaurante e parque permanente de diversões. Para se tomar possível, uma revolução urbanística ocorreria na capital maurícia ao findar do século passado.

Emoções profundas estariam reservadas à visita aos sítios históricos, onde se desenrolou a epopéia da eletrificação, as imponentes quedas-d’água de Paulo Afonso, a usina implantada nas escarpas da cachoeira do lado baiano, na margem oposta, no território alagoano, as construções, pontes e guindastes da época de Delmiro. Deslumbrava, por igual, o trabalho portentoso da Companhia Hidrelétrica e do qual surgiram as usinas que depois alimentariam de energia o nordeste estiolado.

Sobrevivia ainda gente que privara da convivência com o Pioneiro. Encontrei-a na cachoeira, fui abordá-las bem mais longe, em Água Branca, em Penedo e Maceió. Penedo, senhorial, tocou-me as fímbrias do coração: fora o berço de minha mãe. Colhi depoimentos preciosos. Na capital alagoana, vivia o único sobrevivente dos acusados da morte de Delmiro. Já estava livre e contestava terminantemente que tivesse participado da empreitada. A justiça confirmaria sua inocência, em ruidosa revido do processo. Erro judiciário que clama aos céus.

Com o objetivo de aclarar onde havia sombra, entretive correspondência com famílias do Ceará, Pernambuco e Alagoas. Uma iniciativa proveitosa. O livro encerra pormenores genealógicos não encontrados noutra publicação.

Atento estive ao que divulgava a imprensa, de forma que "A Glória de um pioneiro", na 28 edição, tem uma abrangência bem maior do que a primeira, tudo elucidado com referência ao crime brutal que nos privou de uma figura marcante de empresário.

Acompanho Delmiro dos sertões do Ipu aos penhascos da cachoeira. Desde as suas origens modestas, difíceis e tormentosas. Os primeiros passos no comércio. Sucessos e fracassos que se revezam. O rei da pele no Recife. O criador do Mercado do Derbi, sem igual no Brasil daquela época. O gênio folgazão e temperamental. Os alçapões que Cupido lhe armou. Os ruidosos incidentes de repercussão nacional em que se viu envolvido. A jornada gloriosa de Paulo Afonso. A bala assassina que o prostrou. A farsa em que se envolveram a Polícia, a Justiça e a sociedade.

Este livro recebeu o patrocínio do Banco do Nordeste. Impõe-se, pois, que expresse reconhecimento ao eminente amigo Byron Queiroz pelo pronto e valioso apoio à sua edição. Não faltaria o meu agradecimento aos que o confeccionaram e imprimiram. E o faço na pessoa prestimosa de Antônio Adriano de Sousa, com o meu obrigado pela boa vontade e competência com que trabalhou. No meu relacionamento inicial com o Banco do Nordeste, sensibilizou-me a gentileza da atenção com que Geraldo Gadelha me acolheu.

Foi um privilégio para mim ter, como apresentador, do autor e da obra, o senador Lúcio Alcântara, querido companheiro da Faculdade de Medicina e da Academia Cearense de Letras, espírito lúcido e batalhador obstinado, voz autorizada do Ceará no Senado da República, com atuação desvelada na defesa do que é vital ao desenvolvimento integrado do Brasil.

"A Glória de um pioneiro" preenche uma lacuna, considerando que Delmiro Gouveia é personalidade que se impõe, permanentemente, ao primeiro plano.

Os fios de Paulo Afonso cobrem, hoje, todos os Estados do Nordeste, conduzindo a energia propulsora do progresso? Delmiro sonhara com o empreendimento, propusera-se a concretizá-lo e o iniciara com as explorações pioneiras da cachoeira em 1913.

Na luta contra o subdesenvolvimento, um dos elementos essenciais ao êxito almejado é a industrialização intensiva? Assim

o compreendia também Delmiro Gouveia., que plantou, em pleno interior de Alagoas, as bases de uma poderosa indústria, que enfrentou com sucesso até o truste estrangeiro.

Em vista da irregularidade das chuvas, entrave dos mais sérios à prática agrícola e à criação de grandes rebanhos, lança-se mão da açudagem, da irrigação, do plantio de palma, alguns dos recursos para garantir a sobrevivência econômica das comunidades atingidas? Era assim também que procedia Delmiro Gouveia no começo do século.

Reclamam-se hoje mais escolas para alfabetizar e preparar o homem do futuro, mais escolas para combater a ignorância, que é pobreza e atraso? Escolas, fundou-as também Delmiro Gouveia, quando o trabuco e o rosário eram as armas do sertão, quando ainda repercutiam os trágicos sucessos de Canudos, quando a revolução de Juazeiro punha em evidência a força do fanatismo e o cangaço campeava infrene por toda a desolada região.

Queremos mais estradas, em maior quantidade e melhores, para que a riqueza circule com facilidade e se realize a integração regional, como pródromo da integração nacional e continental? Estradas, abriu-as Delmiro Gouveia, e nelas correram os primeiros automóveis que o interior nordestino conheceu.

Quando o mataram, na noite de 10 de outubro de 1917, não se findou uma existência apenas. Interrompeu-se, de maneira brusca, a marcha evolutiva do Nordeste, iniciada vigorosamente no momento em que funcionaram as turbinas montadas nas escarpas abruptas da cachoeira.

Convencido estou de que outra seria a situação do Nordeste se as balas assassinas não o houvessem abatido. Da fábrica de linhas, Delmiro teria partido para outros avançados tentames. A ampliação da usina da cachoeira era uma de suas metas. Alcançada, que fosse, surgiram novas indústrias, ampliar-se-ia o parque fabril, perspectivas bem mais alentadoras teriam os nordestinos na batalha contra o subdesenvolvimento.

Delmiro desapareceu quando mais dele precisávamos. E, para infelicidade nossa, não teve continuadores. Nem a fábrica de linhas logrou sobreviver ao seu fundador. Doze anos depois, isto é, em 1929, consumou-se o crime maior: depois de uma concor-

rência desleal, o truste inglês apoderou-se das instalações que Delmiro deixara e que não conseguira abocanhar enquanto vivo foi o caboclo cearense de Ipu. Parte das máquinas foi lançada ao rio São Francisco, outra, levada para bem longe pela Machine Cottons.

O que ninguém conseguirá, porém, é destruir a glória do pioneiro autêntico, que no início do século apontou para o Brasil o caminho da redenção econômica do Nordeste.

Em 01-12-1998

Lições de um aprendiz de tipógrafo que faz história

É muito da nossa humana natureza o reconstituir fatos pretéritos, que representaram, à sua época, um drama na idade atribulada então vivida, mas que se despojaram, com os sucessos posteriores, da auréola de sofrimento que ostentavam. Vêm a constituir um título, um galardão.

A meu ver, é este exatamente o caso do Reitor Antônio Martins Filho. E o realço muito deliberadamente, pelo que significa de exemplo, de estímulo, de motivação, na solenidade em que receberá da Associação Cearense de Imprensa a Medalha do Mérito Jornalístico.

Em 1915, decorridos são 74 anos, exercia o seu primeiro emprego, que outro não era senão o de aprendiz de tipógrafo, ganhando dois mil réis por mês. Coincidência ou não, ligar-se-ia, pelo tempo a fora, ao complexo gráfico, desde os processos mais antigos à modernidade eletrônica, como agente diretor de publicações de variada espécie.

Conheceu as vicissitudes do caixeiro, como eram chamados os que trabalhavam no comércio. Ativo e imaginoso, fez carreira nas lojas “A Pernambucana”, em Caxias, em Picos e no Crato. Alcançou a categoria de gerente. Da tipografia se serviu para imprimir, em verso, propaganda da firma a que se ligara.

Na Princesa do Cariri, estava, em 1922, entre os que pertenciam à Academia dos Infantes, que chegou a editar o jornalzinho “O Paladino”, que não passou do primeiro número. Veio, depois,

“A Classe”, da Associação dos Empregados do Comércio, a que se filiara e cuja escola freqüentava, à noite. Revelava pendor especial pela poesia.

Raimundo Girão, de refulgente grandeza humana, em sua autobiografia, dá-nos conta da maneira como o Dr. Antônio Martins Filho se iniciou, em Fortaleza, na faina da editoração, em 1937. Silveira Marinho não suportava mais os prejuízos da “Editora Fortaleza” e passou-a a quem se candidatava com tanta disposição. Diz Raimundo Girão:

“Martins viera do Maranhão, onde se casou e saiu de gerente de loja da “Pemambucana”, dos Lundgrens, para bacharel em Direito, formado na Faculdade do Piauí. Lá fez pé-de-meia, mas quase empobreceu, de tantas adversidades sofridas. Dotado de extraordinária resistência moral, idealista e ao mesmo tempo pragmático, foi melhorando a Editora, quase totalmente aos seus ombros. Conhecia o ramo, pois ainda menino fora tipógrafo. A sua inteligência empurrava-o para diante e a sua perspicácia também, não tendo encontrado, por isso, portas fechadas no meio intelectual de sua terra, que depressa passou a necessitar dele. O adolescente pobre do Crato via com satisfação os seus triunfos na Capital. Publicou revistas, misturou-se aos maiores do lugar, adquiriu e dirigiu a Escola de Comércio Padre Champagnat (da qual fui professor), submeteu-se a concurso, e o venceu, para professor da Faculdade de Direito. Estaria aí o trampolim da ideação - inacreditável - de uma Universidade no Ceará. E mais: para a concretização dessa Universidade impossível, hoje tida como uma das mais bem organizadas do País. A obstinácia e o seu indomável poder de ação derrubaram os muros da incredulidade, da indiferença, da oposição gratuita, da inveja. Escreveu, deste modo, capítulo válido na história da Educação e Cultura do Brasil. Não sei se pude ajudá-lo nos seus passos desde o nosso encontro na Editora do Marinho, porém certifico-me de que procurei estar ao seu lado, na feição dos ventos ou nos minutos piores, tanto quando ele o fez em relação a mim”. E ao concluir: “juntos, organizamos Álbum de Fortaleza, publicação modesta, e O Ceará (1ª ed. de 1939), espécie de retrato em corpo inteiro das nossas coisas e da nossa gente, solicito vade mécum, de consulta necessária, já em 3ª ed., de grande tiragem.”

O seu ingresso na Associação Cearense de Imprensa verificou-se em 4 de setembro de 1934. Colaborava, então, em jornais da capital. Tem, assim, 64 anos como sócio da mais antiga entidade jornalística do Ceará, de cujo Conselho Superior participa agora, como ocorreu em outras gestões.

Quando foi admitido no Instituto do Ceará, em 1943, saudou-o o Padre Dr. Misael Gomes, que disse a certa altura da oração: "Destaca-se Antônio Martins por sua fisionomia muito interessante, porque dinâmica. Este o sainete indiscutível do seu espírito: dinâmico, vibrátil e empreendedor." E acrescenta: "Os indecisos, meus senhores, perdem metade do seu viver; os enérgicos, duplicam-no". Assim concluiu: "Todo homem esforçado é professor de energia e dos melhores arquitetos da nacionalidade."

Fez-se ele pelo trabalho e pelo estudo. Porfiou, desde cedo, por um lugar ao sol. Se o ocupa, como efetivamente ocorre, não foi porque o recebesse de mão beijada, por herança ou golpe de sorte. Conquistou-o a duras penas. Eis o grande mérito. Eis a nobre e bela lição que se desprende da sua pessoa, esbatida na memória da idade.

Transcorreu, este ano, o cinqüentenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Entre as iniciativas tomadas para comemorar o evento, figurou a reedição do livro que escrevi, decorridos são 40 anos, sobre a campanha em favor da criação da Faculdade de Medicina e a sua primeira década de funcionamento. Um dos capítulos desse livrinho é dedicado ao homenageado desta noite na ACI.

Quando se fala em Universidade do Ceará - lá se lê - um nome está a ela indissolivelmente ligado: o do professor Antônio Martins Filho. Não é só porque tenha sido o seu primeiro Reitor, cargo a que foi sucessivamente reconduzido por quatro mandatos. A sua íntima ligação com a Universidade advém, também, do esforço de muitos anos em prol da sua fundação, desde quando o movimento não saía do âmbito estadual, até quando se estendeu aos círculos federais.

Trabalhar hoje na Universidade e pela Universidade - frisei - quando ela é uma realidade pujante, que se firma e reafirma em notáveis empreendimentos, é uma conduta proveitosa, nobre

e elogiável. Mas empenhar-se por uma instituição ainda por vir, que só se vislumbrava, e por teimosa renitência, no papelório dos planos e memoriais, em atitudes que a muitos parecia visionária, então, sim, a ação despendida se revestia de um idealismo que não é comum nestes tempos, em que só se visa, quase sempre, ao dia de amanhã e ao interesse imediatista.

As suas Memórias, em quatro volumes, são, primeiro, demonstração do extraordinário poder de reconstituir lembranças que remontam à meninice; encerram, por outro lado, valioso acervo de informações, notadamente da sua maior realização - a Universidade Federal.

O Mérito Jornalístico ajusta-se na medida ao homenageado de hoje pelos relevantes serviços à educação e à cultura de modo geral. Mas não é só. A classe jornalística beneficiou-se diretamente do discernimento do primeiro Reitor da Universidade.

Foi no seu Reitorado que se criou, em 1965, em saudável e proveitoso consórcio com a Associação Cearense de Imprensa, o Curso de Jornalismo, em funcionamento a partir de 1966, e cuja denominação mudou para Curso de Comunicação Social.

Veja-se com que adiantamento no tempo se pensou entre nós em curso de jornalismo: já em 1937 ocorriam na Associação Cearense de Imprensa manifestações que traduziam o reconhecimento da necessidade de cursos regulares de formação jornalística. E ainda nem sequer se fundara no País a primeira escola no gênero.

Temos, aliás, certas singularidades no tocante ao mundo da imprensa. O Ceará conheceu jornal em 1824, antes da Província do Rio de Janeiro, de Goiás, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Sergipe, do Paraná, do Amazonas, do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Antecipou-se até à Província do Rio Grande do Sul e à de São Paulo, onde as primeiras folhas impressas datam de 1827.

A partir de 1949, os Estatutos da ACI dispunham que um dos objetivos precípuos da entidade era pugnar pela existência de uma Escola de Jornalismo no Ceará. Isso, não obstante ser muito antiga a presunção de que o jornalista nascia com a inclinação e a cultivava depois na escola do trabalho. Não se compreendia que ocorre com o jornalista exatamente o que se passa com outras profissões: a vocação é muito, pelo que traduz em

interesse, curiosidade, devotamento e amor, mas não é tudo. Apesar de ser este o século da comunicação, tais e tantas são as maravilhosas conquistas alcançadas, não se entendera, mesmo nos meios universitários, que a técnica de hoje não podia ser utilizada com os critérios amadoristas de ontem. Impunham-se a formação cultural e o aprendizado tecnológico.

Aí estão a sofisticação gráfica e racional dos jornais, os diários e os de empresa, e a variedade imensa de caprichadas revistas; o rádio e a televisão interligam regiões e países no milagre da eletrônica; a publicidade conquista foros de arte; as relações públicas impõem-se como elemento essencial à sobrevivência e expansão das empresas; a técnica cinematográfica ganha mais largos horizontes; o teatro, à procura de permanência, percorre novos caminhos; a editoração enriquece a bibliografia mundial com um acervo estupendo de obras de fino labor.

Atividades, que tinham sabor de boemia, impuseram-se como trabalho profissional e a lei assegura-lhes prerrogativas. O que antes de fazia à base de vocação e boa-vontade hoje exige a plenitude de um curso superior. O labor jornalístico, por exemplo, é bem ilustrativo da situação.

Hoje, questiona-se se o Curso de Comunicação é mesmo a melhor opção. Toma corpo a corrente que preconiza outros caminhos. Preferível, insiste-se, que os setores de Comunicação constituam curso de especialização ou pósgraduação, a que se credenciarium formandos de outra procedência, como médicos, engenheiros, arquitetos, bacharéis em direito, sociologia, filosofia, pedagogia, biblioteconomia. Estamos num mundo revolucionariamente em mudanças e corretos estaremos se não consentirmos estratificações curriculares e profissionais que não são mais dogmas porque não correspondem às realidades pressentidas na ebulição desencadeada.

Na época em que surgiu, porém, e por esses anos todos, o Curso de Comunicação teve papel relevante, preparando, nem sempre com a eficiência desejada, legiões de comunicólogos, e influenciando, de maneira positiva, a velha guarda, que ainda agora marca presença em jornais e estações de rádio e televisão.

Mais de uma vez, tenho citado, a propósito do Dr. Martins Filho, o pensamento de Henry Ford por adequar-se ao seu labor, trepidação e dinamismo. Invoco a sentença do notável empresário norte-americano, sobretudo, pelo que ela encerra de lição, de lembrete, de advertência. Ocasões como esta ensejam a louvação de virtudes que exornam figura singular. Fazemo-lhe justiça. Importantes também as lições de um aprendiz de tipógrafo que faz história. Afinal, o que disse Henry Ford? Simplesmente isto: “Todo aquele que pára esperando que as coisas melhorem verificará que, aquele que não parou e colaborou com o tempo, está tão longe que jamais poderá ser alcançado”.

Tenho falado e escrito, em diferentes ocasiões, sobre o Dr. Martins Filho. Há muitos aspectos a destacar na sua rica personalidade e a marcante atuação que desenvolveu se estende a setores diversos. Nunca me senti constrangido em face do princípio da coerência, obrigado a reformular conceitos ou alterar colocações. Sigo o conselho do Mahatma Gandhi de ser “coerente com a verdade como pode se apresentar a mim, num determinado momento”.

Teve o primeiro Reitor a virtude de não saber esperar. Cultuou o sentimento da inconformidade. Foi um rebelde. Se a decisão de melhorar na escala dos valores humanos, se a força de vontade que o impelia a superar dificuldades, se a virtude de não saber esperar haveria de influenciar decisivamente na trajetória da sua vida, tais atributos iriam repercutir, sem que ele próprio o imaginasse, sequer, no destino cultural da sua própria terra.

Honra lhe seja, pois, Reitor Antônio Martins Filho, com a Medalha do Mérito Jornalístico da Associação Cearense de Imprensa.

Em 23-11-1998